

Metade das entidades gestoras de água têm mau desempenho

UC Cerca de metade das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento público de água em alta no país têm um desempenho "não satisfatório"

Cerca de metade das entidades (46%) dos sistemas de abastecimento público em alta têm um desempenho não satisfatório e apenas 13% a 20% das entidades (dependendo do modelo de avaliação aplicado) apresentam uma performance positiva, refere o estudo do CeBER (Centre for Business and Economics Research) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), da autoria dos investigadores Sandra Tralhão, Rita Martins e João Paulo Costa.

Com base em dados de 2014, a sustentabilidade ambiental de cada uma das entidades foi avaliada de acordo com três indicadores: perdas reais de água, cumprimento do licenciamento das captações e eficiência energética das instalações elevatórias. As entidades que apresentavam maiores perdas reais de água são a EPAL, a antiga Águas do Mondego e Águas de Douro e Paiva.



Reabilitação de condutas é urgente para melhorar eficiência

De acordo com a autora principal do estudo, Sandra Tralhão, a análise dos dados sugere a existência de uma correlação positiva entre o indicador de perdas reais de água e a água não facturada e uma correlação negativa com reabilitação de condutas.

Na componente da reabilitação de condutas, nota-se que

«apenas uma entidade gestora apresenta bom desempenho, outra um desempenho mediano e as restantes um desempenho insatisfatório», referiu a investigadora. «Fazendo o mesmo exercício para o ano de 2017 [último com dados disponíveis], constatamos que o cenário não é muito diferente. Apenas uma entidade gestora

apresenta bom desempenho», sublinha.

Segundo Sandra Tralhão, os investimentos neste sector, durante algumas décadas, «passaram essencialmente pela implantação de novas infraestruturas de modo a aumentar a taxa de cobertura do serviço», sendo que «boa parte destas já atingiu, ou está em vias de atingir, os seus limites de vida útil». Por isso, defende a investigadora, «é importante tomar medidas no sentido de promover a sua reabilitação de modo a aumentar a sua eficiência».

«A falta de investimento a este nível tem conduzido as entidades gestoras a uma política de gestão reactiva em detrimento de uma política preventiva, o que tem consequências na gestão eficiente e sustentável do recurso», frisa. A situação ganha uma importância maior num momento em que o país e o mundo sofrem as consequências das alterações climáticas.»